



Universidade Federal de Juiz de Fora  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

**Francisco de Paulo Herculano Junior**

**PAISAGEM, PRESERVAÇÃO E MORFOLOGIA URBANA**  
Estudo para Revitalização e Implantação de Equipamento Cultural no  
Centro de Juiz de Fora/ MG

Monografia apresentada à Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade  
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial  
para conclusão da disciplina Trabalho Final de  
Graduação I.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ribeiro  
Silveira

Juiz de Fora  
Dezembro/ 2016

Dedico este trabalho à minha família, em especial a minha mãe que sempre esteve ao meu lado nos momentos de dificuldade. Dedico também ao meu orientador, Carlos Eduardo Ribeiro, pela especial atenção e motivação dadas durante o percurso do presente trabalho.

## Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, a Deus por me dar habilidades que me permitiram trilhar o caminho escolhido e também por colocar nesse trajeto pessoas, familiares, amigos, professores, que ajudaram, cada um a sua forma, com parte do meu crescimento profissional e pessoal.

Agradeço à minha mãe por sempre estar presente, me incentivando, dando todo o suporte possível e as contribuições necessárias para o desenvolvimento da confiança de escolher e seguir o caminho com foco e determinação.

Agradeço aos professores da Faculdade de Arquitetura da UFJF por todo conhecimento passado, sem eles não seria possível vencer esta etapa e adquirir os conhecimentos necessários para atuar nessa profissão tão bonita que é a de arquiteto.

Agradeço, em especial, ao meu orientador, Carlos Eduardo Ribeiro (Cadu), pelo incentivo, sabedoria compartilhada e por toda a atenção dedicada, que desde o primeiro momento se dispôs a me auxiliar no que fosse necessário para a elaboração do presente trabalho. Nossa facilidade de comunicação permitiu que o trabalho se desenvolvesse de forma aprazível.

Para finalizar gostaria de agradecer aos meus colegas de faculdade, em especial Daniele Ferreira, Lívia Faria e Tais Borges, pelo companheirismo, afinidade, percebidos desde os primeiros momentos juntos, pelas risadas e a amizade que construímos, que sem dúvida amenizou os momentos de dificuldade, nos deixando mais próximos do nosso objetivo. Sem vocês, sem dúvidas, essa caminho teria sido mais difícil.

A arquitetura não é um curso, é um caminho,  
percurso. Dentre todas as artes esta me  
satisfaz, tira de mim tudo que sou capaz...  
Até o que não sou me faz!

Emanuel Souto

## **Resumo**

O presente trabalho tem objetivo de desenvolver um aporte conceitual para, em um segundo momento, realizar uma proposta de intervenção urbana e implantação de um equipamento cultural no Centro de Juiz de Fora, MG. A região central de Juiz de Fora se desenvolve em finais do século XIX; por isso, apresenta uma grande importância histórica e cultural. Apesar de ser uma área muito viva e dinâmica é possível perceber a presença de áreas degradadas e um número considerável de vazios urbanos e lotes subutilizados. Portanto, ao nosso ver, configura-se como uma área com grande potencial para revitalização urbana. Devido à intenção de atuar sobre uma área de paisagem consolidada, incluímos na pesquisa um referencial teórico que nos auxiliasse no entendimento e preservação da mesma. Utilizamos como referência as teorias da Escola Italiana de Morfologia, através dos estudos de Caniggia, e análise perceptiva de Gordon Cullen, com base em seu livro “Paisagem Urbana”. O estudo também procura entender como se dão as intervenções urbanas, buscando levantar questões referentes aos pontos positivos e negativos, para realizar uma proposta conciente e que atenda da melhor forma possível a cidade. Uma vez que este trabalho também visa ao projeto de um centro cultural, procuramos entender quais os seus significados, histórico e papel social, para que o mesmo possa se tornar um articulador de toda a revitalização, além de ser um equipamento útil para toda a cidade.

## **Palavras-chave**

Revitalização. Preservação. Gentrificação. Paisagem.

# Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>1. Histórico de Juiz de Fora .....</b>	<b>04</b>
1.1. Caminho Novo, para um Novo Caminho.....	04
1.2. A Estrada do Desenvolvimento .....	07
1.3. Fardos do Crescimento .....	08
1.4. A Luz Imigrante .....	09
1.5. Para Onde Foram os Caminhos e as Estradas? .....	10
<b>2. Urbano .....</b>	<b>13</b>
2.1. Requalificação e Revitalização Urbana.....	14
2.2. Preservação da Paisagem .....	19
2.2.1. Paisagem Urbana .....	20
2.2.2. Caniggia – Escola Italiana de Morfologia Urbana .....	23
2.2.3. Gordon Cullen – Paisagem Urbana .....	24
2.3. Vazios Urbanos .....	26
2.3.1. Sobre Juiz de Fora .....	28
<b>3. Centro Cultural .....</b>	<b>30</b>
3.1. Caráter Educativo e Social.....	30
<b>4. Estudos de Caso .....</b>	<b>34</b>
4.1. O Caso do Recife .....	35
4.2. <i>La Maison des Métallons</i> - Paris .....	37
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>40</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>43</b>

## Introdução

A cidade é um agente extremamente interessante devido a sua grande complexidade e diversidade. Podemos entender, através do estudo de sua paisagem, da sua forma urbana, da sua morfologia a sociedade que a criou, os seus ideias, os momentos históricos, o comportamento de seus habitantes, bem como as divisões e formas de apropriação do território. Podemos compará-la a um organismo vivo, pulsante, que cresce, expande seu tecido, mas que também apresenta problemas, como todo organismo.

Atualmente, uma das questões mais discutidas sobre as cidades, principalmente as brasileiras, diz respeito aos centros históricos, normalmente núcleos da formação urbana, possuidores de grande valor patrimonial e histórico. A partir das últimas décadas do século XX, através de mudanças nos ideias, a população, principalmente as camadas mais ricas, se deslocou para partes mais periféricas e, seja através do abandono ou de usos inadequados, esses antigos centros acabaram se degradando. Esses fatores e a preocupação com o patrimônio cultural trouxeram, nos últimos anos, movimentos de recuperação dessas áreas, através de intervenções urbanas, chamadas revitalizações, que pretendem recuperar o uso desses locais e valorizar o patrimônio edificado.

Baseado nesse interesse pelo estudo do urbano, com o presente trabalho, buscamos um levantamento teórico para referência projetual com vistas ao posterior desenvolvimeto de uma proposta prática. Pretendemos realizar uma proposta de intervenção urbana no Centro de Juiz de Fora e como objeto articulador de todo esse projeto, um centro cultural para a cidade. Escolhemos o Centro por ser um local muito dinâmico, diverso e com grande potencial, por possuir edificações de interesse cultural, além de uma malha urbana representativa de desenvolvimento da cidade. Contudo, apesar de ainda estar em intenso uso, existem, nesses tecidos, diversos vazios e áreas subutilizadas, sendo uma dessas, a área que pretendemos atuar.

A cidade de Juiz de Fora se desenvolveu como núcleo em meados do século XIX e possui uma região central bastante rica historicamente. Essa área sofreu muitas

transformações durante os anos e apesar de ser bastante dinâmica e viva, alguns pontos se encontram degradadas e marginalizadas, como lacunas dentro do tecido urbano. Podemos observar, também, o grande número de vazios urbanos, mesmo sendo uma área bastante valorizada.

Através dessa breve análise do objeto de estudo, buscamos estruturar o trabalho e a metodologia de estudo. No primeiro capítulo fizemos um conciso apanhado histórico mostrando desde o desenvolvimento dos povoados aos pontos chave e figuras importantes que trouxeram o desenvolvimento e a consolidação do núcleo urbano, como a Estrada União Indústria e a vinda da energia elétrica. Procuramos trazer fatos e crises mais atuais, para conseguirmos entender melhor a situação atual.

Já no segundo capítulo, desenvolvemos um estudo mais aprofundado sobre as questões urbanas. Primeiramente, começamos falando sobre as intervenções urbanas, revitalizações e requalificações, apresentando quais são os seus objetivos, seus pontos positivos e negativos. Buscamos dar um breve apanhado sobre os processos de gentrificação que podem ser vistos como um dos grandes problemas das revitalizações urbanas, principalmente quando se dão em áreas de patrimônio cultural.

Já que estaríamos intervindo em uma paisagem histórica, procuramos o auxílio e embasamento teóricos de autores que podem nos ajudar na intervenção e preservação da mesma. Utilizamos Caniggia, que foi um grande representante da Escola de Morfologia Italiana, e também Gordon Cullen, através de seu livro “Paisagem Urbana”. Escolhemos esses dois autores por terem um forte olhar sobre a edificação como protagonista da paisagem. Caniggia desenvolveu toda sua teoria sobre a morfologia com base no tipo, na edificação e como seu desdobramento leva ao desenvolvimento do tecido urbano. Cullen também se volta para a escala do pedestre, pois busca uma leitura da paisagem através do caminhar, da observação e quais os sentimentos provocados pela forma urbana.

Como pretendemos utilizar um dos vazios urbanos do Centro de Juiz de Fora, optamos por desenvolver uma seção sobre o tema, buscando uma definição e como eles se dão no tecido urbano. Procuramos desenvolver uma breve subseção sobre os vazios urbanos de Juiz de Fora.

No terceiro capítulo, elaboramos um estudo sobre os centros culturais, como se desenvolveram na história, quais as principais diferenciações dos espaços voltados



para a cultura e como eles se classificam dentro dessas categorias. No quarto capítulo apresentamos dois estudos de caso, um na cidade do Recife, e seu claro processo de gentrificação dentro de uma parte da área central da cidade, e um segundo estudo na cidade de Paris, mostrando a união da população de um bairro da região leste da cidade para evitar a destruição de um bem histórico cultural e com isso tentar barrar um movimento crescente de gentrificação dessa região.

Por ultimo desenvolvemos um capítulo para aproximação do local de intervenção, o Centro de Juiz de Fora. Procuramos realizar um estudo da área, apresentando fatores relevantes para o projeto e justificativas que nos levaram à escolha desse local para a proposta de intervenção e implantação do equipamento cultural.

Ao fim do presente trabalho desejamos ter conseguido adquirir o aporte teórico e conceitual necessários para o desenvolvimento das propostas e assim podermos desenvolver, em um segundo momento, um trabalho que responda, da melhor forma, os desejos da população de Juiz de Fora, mas que também respeite as diversas formas de apropriação do espaço bem como respeite a paisagem, a história e o valor cultural do local.

## **1. Histórico de Juiz de Fora**

A história de Juiz de Fora é muito vasta e procuramos não esmiuçar os detalhes e desenvolver um texto muito exteso. A parte histórica no presente trabalho tem o intuito, além de informar o leitor sobre o local de estudo, servir de embasamento para o estudo posterior, entendendo o processo histórico da localidade a ser implantado o objeto alvo do trabalho.

Apesar de breve, procuramos acrescentar pontos interessantes que não são encontrados na descrição histórica da cidade, como os pontos negativos que o crescimento urbano trouxe e trazer, mesmo que de forma breve, um pensamento sobre a perda da identidade arquitetônica da cidade.

### **1.1. Caminho Novo, para um novo caminho**

Localizada na Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora possuía uma localização estratégica, entre o caminho das minas de ouro e o Rio de Janeiro, Capital Federal. Devido ao fato de haver um rígido controle por parte da coroa, graças às grandes riquezas das minas, a região não poderia ser habitada para facilitar o controle, evitar saques, ou até mesmo impedir que os catadores de ouro deixassem seus postos de trabalhos com destino a regiões prósperas economicamente na região. Portanto, só no início do século XIX que a região começa a ser habitada, momento esse, não por coincidência, que se aproximava do fim da exploração das minas.

Outra questão relativa à não ocupação da região é a existência de povos indígenas, que expulsos do seu local de origem, se abrigam nessas regiões. Sendo assim, só com a abertura do Caminho Novo, encurtador de distâncias, que passava pela localidade aonde viria a ser a cidade, é que as terras são concedidas através de sesmarias, possibilitando assim o surgimento dos povoados.

Sobre a questão dos índios na região:

A penetração apoucada das Matas do Leste, desde Caratinga até Barra Mansa, deveu-se ao fato de serem estas matas reduto de indígenas refratários e, por esse motivo, bravios. Tais indígenas refratários, em expressiva maioria, foram

expulsos do litoral atlântico pela ação do colonizador europeu, franceses e portugueses. Daí emerge a explicação do temor e do tremor das populações brancas e de seus negros de penetrarem a Região das Matas do Leste, em que os guardavam - com endereço certo - a prisão e a morte (BOTTI, apud MUSSE, 2006, p.46)

E é nesse período que o povoado de Santo Antônio do Parahybuna, dentre outras nomeações, se desenvolve. Com o fim da exploração aurífera, o contingente populacional, que tinha no ouro seu sustento, se desloca, indo em boa parte para as “novas regiões”, agora acessíveis graças ao Caminho Novo. Dentre estas regiões, a de Juiz de Fora. Logo nessa região seria incentivado o cultivo das lavouras de café, se tornando uma localidade próspera, sendo o pequeno povoado elevado à categoria de cidade em 1856.

Sobre a região de Juiz de Fora e os diversos nomes que a cidade recebeu, Botti comenta:

Entre os povoados que aí se desenvolveram, o primeiro de que se tem notícia é o povoado do Morro da Boiada, dedicado à proteção de Santo Antônio de Pádua. Juiz de Fora chamou-se, originalmente, Santo Antônio do Morro da Boiada do Paraibuna. E, por contração, ficou conhecida como o Arraial de Santo Antônio do Paraibuna. Outros povoados eram o povoado do Alto dos Passos, o povoado do Tapera e, o mais forte deles, o povoado que se formou em torno da Fazenda Velha de Bustamante de Sá, um Juiz de Fora aposentado (BOTTI, apud MUSSE, 2006, p.48)

Como mostra Passaglia (2003) a região da Zona da Mata possuía, na lavoura de café, o mais expressivo setor da economia, onde os donos e descendentes de grandes fazendas, além de conviverem no círculo cultural, tinham uma grande importância política na corte e no senado. Esses fatores beneficiaram a cidade e a região com a abertura do Caminho Novo e a vinda de diversos investimentos que fizeram desta uma região rica e próspera.

Agricultores e artesãos-operários, formavam o conjunto imigrado para Juiz de Fora, que decisivamente influi para a incorporação de hábitos e objetivos de vida diversas da tradição dominante, colaborando para que a cidade

interiorana, não ficasse apenas impregnada por um sistema patriarcal agrário.  
(PASSAGLIA, 2003, p.23)

Logo a proximidade com a Capital e, mesmo que em menor proporção, com Ouro Preto de costumes aparentemente mais burgueses, influenciaram na construção do ideal de vida urbana da cidade, de seus costumes e construção cultural. Com um aumento expressivo da classe média, a cidade recebe, no final do século XIX, atividades ligadas à indústria e serviços. Como afirma Passaglia em seu texto:

Portanto, em decorrência dos fatores de localização, facilidades de transporte, a sua base econômica calcada num produto gerador de recursos monetários, o café; o fornecimento de energia elétrica e uma peculiar composição de sua população, possibilitaram que Juiz de Fora transformasse num importante entreposto comercial, de produção e político. (ibidem, idem)

Musse (2006) em seu estudo debate sobre a questão da “mineiridade”, ou seja, fatores que formam a identidade mineira, que para ela, Juiz de Fora não comunga dessa “mineiridade”. Primeiramente, ela diz que a identidade mineira foi “criada” e difundida pelos meios de comunicação da época, com o intuito de integrar os territórios de Minas, que estavam fragmentados, o que era visto, pelas autoridades (as elites) da época, como uma fragilidade. Contudo Juiz de Fora estava muito desvinculada desse histórico de mineiração, do barroco, do qual Ouro Preto e diversas outras cidades de Minas passaram.

A ligação da cidade com a região das minas só se dá posteriormente, quando suas riquezas já estão no fim. Sobre esta questão Musse nos fala:

[...] deferenciando-a do restante do estado de Minas Gerais e, em especial, revelando como a cidade, por não ter compartilhado do sentimento barroco característico do período colonial mineiro, desta forma, se afastou daquilo que se convencionou chamar de discurso da “mineiridade”, que forja a sua narrativa, nos setecentos e oitocentos. (MUSSE, 2006, p.46)

## 1.2. A estrada do desenvolvimento

A construção de novos caminhos foram pontos chave para a história da cidade. Primeiramente com o Caminho Novo, dando origem a um povoado próspero, que posteriormente teria a Estrada União Indústria, esta trazendo investimentos que ajudariam no desenvolvimento econômico.

Sobre isso Newton Barbosa escreve:

A história de Juiz de Fora é ligada à história de estradas. A Estrada União Indústria foi a primeira com características modernas construída no Brasil e significou para Juiz de Fora o início de uma nova etapa no seu desenvolvimento. De pequeno povoado, Juiz de Fora tornar-se-á a cidade mais importante da Província. Trouxe também modificações importantes na própria mentalidades de época, com seu dinamismo e sentido de modernidade. Representou uma era que se iniciava contrastando com um mundo que agonizava, o das lentas tropas de muars. (BARBOSA, apud MUSSE, 2006, p.56)

A estrada União Indústria surge do interesse do comendador Mariano Procópio, natural de Barbacena, que durante suas viagens observa as estradas ao redor do mundo e decide construir uma que, em 1861, ligou Juiz de Fora a Petrópolis. Com total apoio do imperador, ele coloca em prática sua ideia que encurtou consideravelmente a viagem e trouxe consigo investimentos diversos. Mariano funda a Companhia União Indústria que serviria para a construção da estrada e suporte para sua posterior manutenção. A construção da estrada não era interesse apenas do comendador, mas também dos barões do café e de Dom Pedro II, pois assim o café aqui produzido, poderia ser mais facilmente escoado para o porto.

A estrada agora, não só leva o café facilmente para o porto, mas traz consigo os olhares de investidores que veem a cidade como próspera, passando assim a receber forte investimento em diversas áreas, sobretudo o comércio.

### 1.3. Fardos do crescimento

Junto com as estradas vieram os investimentos e um rápido aumento populacional para o qual a nova cidade, há pouco um arrail, não estava preparada. Para atender a esse contingente, planos são feitos e um grande nome, de feitos importante para a cidade até hoje, é chamado. O engenheiro alemão, Fernando Halfeld, quem desenvolve os novos planos urbanos da cidade. É então elaborado o primeiro desenho de arruamento, são feitas melhorias nas ruas existentes e é nesse momento que surge o traçado de uma estrada que daria origem à Avenida Barão do Rio Branco, principal avenida da cidade, ponto de encontro e referência, logo se tornou o local onde se instalaram os palacetes das famílias mais abastadas.

Para a realização do desejo do comendador Mariano Procópio era necessário uma mão de obra que não poderia ser encontrada no Brasil daquela época e é então este o momento em que entra em cena a mão de obra imigrante, sobretudo a alemã. Para acomodação dessas pessoas são criadas as colônias, muitas delas deram origem a bairros que até hoje preservam alguns costumes típicos de seus países.

Essa cidade que agora se desenvolvera, ligava o Rio, então Capital do Império, às Minas, veio o comércio, a cidade se torna um polo de sua região. Contudo esse crescimento todo não traz só pontos positivos. O que Mousse (2006) chama de “história oculta”, “história não oficial”, aquela história que não vemos nos livros, talvez por se tratarem de fatos que poderiam desmerecer os grandes feitos realizados no período. Foram encontrados relatos por alguns poucos pesquisadores que mostraram que na época houve o aumento da violência e a necessidade de melhorias na infraestrutura da cidade.

Para a realização de seu desejo, Mariano Procópio funda a Companhia União Industria que poucos anos depois da construção da estrada não suporta e acaba falindo, passando os encargos à coroa. Pouco depois os imigrantes se veem desamparados, sem seus postos de trabalho e acabam indo em direção ao centro, rumo a novos caminhos.

#### 1.4. A luz imigrante

Boa parte da mão de obra escrava das minas é absorvida pelas fazendas de café, mas já estamos depois de meados do século XIX e se basear no antigo modelo já começa a se tornar um risco (abolição em 13 de maio de 1888). Então os barões veem nos imigrantes uma alternativa barata à escravidão. É nesse momento que chegam os italianos, mais alemães, que são atraídos pela ideal de trabalho, de uma nova oportunidade.

Entretanto o trabalho na lavoura não é fácil, os salários são baixíssimos, as condições de trabalho são péssimas e muitas dessas pessoas não aceitam essa situação e acabam deixando as fazendas e se instalando na cidade. Para a sobrevivência essa população investe no pequeno comércio, como padarias, sapatarias, vendas e armazéns.

Interessado nesse movimento o capital burguês investe nesses imigrantes e este é um momento chave, onde começam a surgir pequenas fábricas, mostrando o potencial criativo dessa população que acaba por criar uma grande camada da sociedade, que não era aristocrática ou burguesa e nem parte do proletariado, era a classe média que se tornava expressiva. Uma vez que a elite da cidade consumia, majoritariamente, produtos importados, era essa classe média que consumia o que os pequenos comércios tinham a oferecer, fazendo a economia girar.

Nesse momento próspero, além dos investimentos Juiz de Fora recebe benfeitorias de habitantes que anseiam para a cidade realidades vistas no exterior. Como é o caso de Bernardo Mascarenhas que baseado em seus estudos e viagens ao exterior, tem o sonho de iluminar toda a cidade com energia elétrica, antes mesmo que países europeus. Mesmo com diversas opiniões contrárias, ele segue em frente. Como descreve Almir de Oliveira:

Numa época em que, na exposição de Paris, a lâmpada elétrica ainda era objeto de curiosidade pública, Juiz de Fora se ilimunava toda com ela! Enquanto no Velho Mundo ainda rodavam tantos motores movidos a vapor, em Juiz de Fora instalavam-se motores elétricos! Enquanto a indústria de energia elétrica ia se implantando na base da força térmica, do carvão, Juiz de Fora inaugurava na América do Sul a exploração industrial da energia hidráulica! E, enquanto muitas cidades importantes deste país afundavam no marasmo pós-

abolição da escravidão, Juiz de Fora arrancava para ser a mais importante cidade mineira e uma das mais importantes do Brasil, oferecendo um exemplo que frutificou por sua indiscutível excelência. (OLIVEIRA, apud MUSSE, 2006, p.66)

Sobre os melhoramentos da cidade ele continua:

A cidade crescia. Sua população ganhara outra fisionomia. Aquela *urbs* de gente rural assumia aspecto de um burgo comercial e industrial. Construíram-se edifícios públicos, melhoravam de aspecto as construções particulares, veio o telefone, vieram os bondes puxados a burros, multiplicaram-se as escolas secundárias e chegaram as superiores, fazia-se saneamento, o poder público introduzia melhoramentos...Em 1877, eram 872 as casas residenciais aqui existentes, o que autoriza a estimativa de uma população de cerca de 5.000 habitantes. Em 1885, essa população já ascendera a 17.622 habitantes. Desenvolviam-se as atividades culturais, multiplicavam-se os jornais. (OLIVEIRA, apud MUSSE, 2006, p.65)

Juiz de Fora, já no início do século XX, presenciava o aparecimento de escolas, que aos poucos foram introduzindo os cursos superiores. Eram numerosos os teatros, devido à proximidade com o Rio e a influência da elite, havia um grande intercâmbio cultural, facilitando a vinda de apresentações para a cidade.

### **1.5. Pra onde foram os caminhos e as estradas?**

Nas primeiras décadas de do século XX o território mineiro está desarticulado, fragmentado e as elites decidem que para melhor controle do território uma nova capital deve ser erguida. É nesse momento que Juiz de Fora, maior centro industrial de Minas em 1920, começa a perder investimentos, agora o capital público e privado veem em Belo Horizonte uma grande aposta. Há também uma mudança do eixo econômico para São Paulo, que agora se destaca na produção e exportação cafeeira.

As crises financeiras do início do século XX atingiram diretamente a economia nacional, que tinha no café seu pilar. Juiz de Fora, não distante dessa realidade, também sofre e, aos poucos, a perda do capital dos barões do café, combustível das indústrias que aqui instalaram ou desenvolveram, aos poucos foram encerrando suas atividades. Já nos anos 30 a cidade se vê em condições ruins, perde para a nova capital a posição de



cidade industrial, aliado aos problemas com os transportes e a infraestrutura, os investimentos somem.

Os anos 40 não parecem nada promissores. Sobre isso Raquel Jardim nos descreve:

A vida era mais imaginada do que vivida. Não havia sofreguidão em viver. Havia espera. O ritmo era lento. Um dia me perguntaram – o que vocês faziam em Juiz de Fora, naquela época? Esperávamos. E nessa época, fora e dentro de nós, as coisas aconteciam. (JARDIM, apud MUSSE 2006, p.89)

Contudo a cidade não perde a vitalidade, a partir dos anos 50 se diversifica em outros setores da economia, como o de serviços, onde hoje é um polo da região, muitas escolas se intalam, muitas faculdades, a Universidade Federal que veio em 1960. Pontos que fazem da cidade um atrativo para jovens em período de formação, trazem cultura e diversidade, mas também não a fazem esquecer que se tornou um local de passagem para muitos.

Já por volta dos anos 70, com os ideais nacionalistas da ditadura, integração nacional, nessa busca pela “modernidade”, muito de sua memória se perde. Na “substituição” da cidade por uma “nova”, a busca pelo modelo de desenvolvimento, “sepulta de vez os mais belos exemplares arquitetônicos da cidade, descaracterizando-a para sempre”. (Musse, 2006)

Os anos 80 também trazem a verticalização massiva do Centro e regiões próximas, além da expressivo aumento dos veículos, deixando o pedestre de lado. Estas e outras “novidades” vão mudando as características da cidade, sejam elas físicas ou emocionais, muitas das modificações interferem na convivência, direta ou indiretamente, das pessoas com o espaço urbano.

Andar pela Avenida Rio Branco, da antiga Rodoviária ao Bom Pastor e vice versa (umas três vezes) era a última tarefa antes de dormir. Conversando, parando para um café chorando pelo amor não correspondido ou dando socos no ar de alegria por uma noite bem sucedida com a amada.

Fazia frio. Há quanto tempo não se vê fumaça (natural) saindo da boca das pessoas no inverno de Juiz de Fora? O céu dessa cidade, especialmente no inverno, era maravilhoso. Às vezes penso que “mudou” o céu de Juiz de Fora

de uns anos pra cá. As noites no Parque Halfeld eram intermináveis. Numa delas discutimos o destino da Música Popular Brasileira, até às seis da manhã, som o historiador musical Ricardo Cravo Albim que viera fazer uma palestra na cidade. (ITABORAY, apud MUSSE 2006, p.135)

Uma cidade com uma história de desenvolvimento histórico e cultural, passa os seus ideais, ou vai busca-los, para a arquitetura. Percebemos uma ligação forte das elites da cidade e de seus costumes com os do Velho Mundo, no qual buscaram as referências para a construção física da cidade, seja nas novas tecnologias, seja na volumetria e aparência de suas residências.

Sobre a questão da diversidade arquitetônica, trazidas pelo ecletismo e a consequente produção de arquiteturas que não representavam a realidade local, em um depoimento, Raquel Jardim nos fala:

Então, quando você tem uma impressão poética de uma coisa até feia, de um pastiche, mas que te dá uma carga poética, isso é muito mais importante que a beleza apenas. Em Juiz de Fora, tinha tantos estilos [...] A Avenida Rio Branco cheia de jardins, de palacetes... Era uma coisa, era um prato cheio para a imaginação humana. (JARDIM, apud MUSSE 2006, p.90)

Contudo muito desse passado se perdeu e está se perdendo, com a verticalização do Centro e consequente substituição das edificações, graças à especulação imobiliária. Um exemplo é a antiga fazenda do Juiz de Fora, que deu nome à cidade e foi demolida apesar da mobilização de muitos. Poucos exemplares ainda resitem, graças à persistência de poucos e o que deveria ser um bem comum, a ser defendido, aos poucos vai se esvaindo e a cidade perdendo sua memória, deixando os momentos gloriosos apenas para a história.

## 2. Urbano

Trabalhar no urbano, falar de urbanismo em toda a sua extensão, requer um estudo amplo e diversificado, pois existe numerosa bibliografia e a temática tange diversas questões, desde a intervenção no espaço físico até as complexas relações existentes nas cidades atuais. Por isso, neste capítulo, com enfoque no estudo da cidade, buscamos tratar de algumas temáticas importantes que darão suporte à futura intervenção a ser realizada.

O estudo, em busca de uma construção de bagagem crítica, tenta refletir sobre as intervenções nos espaços físicos da cidade e seu reflexo na população, local ou na urbe como um todo. Tentamos discorrer um pouco sobre temáticas usuais, atualmente em voga, nos espaços “modificados”, como o processo de gentrificação e a relação com o patrimônio edificado.

Procuramos focar num estudo que voltasse o olhar para os centros urbanos consolidados que possuem um valor histórico e cultural; logo, passíveis de intervenção, para ressaltar essa “identidade”, mas uma pergunta que nos fazemos ao analisar alguns exemplos, é: Que identidade seria essa? O estudo também buscou falar dos lotes vagos, tratados aqui como vazios urbanos, presentes nesse tecido consolidado.

O estudo dos vazios urbanos vem com a intenção de compreender como eles se dão no ambiente urbano, quais as causas de sua existência, mesmo em espaços adensados e grande valor imobiliário. A intenção é utilizar um desses vazios para proposições futuras, surgindo o desafio de novas proposições em ambientes consolidados e históricos.

Buscamos falar, mesmo que brevemente, com o auxílio de alguns autores, sobre a discussão da preservação da paisagem urbana existente. Alguns autores como Lynch, Aldo Rossi, Cullen nos mostram formas de entender a paisagem, através de seus estudos, para podermos intervir, inserir novos objetos sem agredir a paisagem posta, bem como, análises e leituras que ajudam na compreensão dessa complexa dimensão urbana.

Como dito, o presente capítulo não tem o intuito de exaurir os temas nele tratados, procuramos abordá-los de forma direta e breve para elucidar e criar um aporte teórico e conceitual para a posterior etapa do trabalho, em que a pretensão é obter como um dos produtos uma proposta de intervenção urbana.

## **2.1. Requalificação e revitalização urbana**

Os termos acima vêm sendo largamente utilizados atualmente para se referir a intervenções que acontecem no espaço urbano. Muitas dessas intervenções se voltam para as regiões centrais, locais que geralmente possuem valor patrimonial, sobretudo o edificado, e que se encontram ou abandonados ou deteriorados pelo passar dos anos.

Muitas das capitais e grandes cidades brasileiras passaram por reformas urbanas de seus centros no final do século XIX e início do XX, remodelações calcadas nas ideias higienistas, abriram ruas e avenidas, demoliram casas e cortiços e modificaram as características de edifícios existentes e surgiram novos, que traziam em sua concepção a arquitetura eclética. Esses novos centros se tornaram o ponto forte do comércio, era o local onde a elite habitava e frequentava.

Em meados do século XX as cidades estão começando a sentir os reflexos do aumento populacional, o antigo centro está sobrecarregado e é nesse momento que os ideais modernos começam a tomar força, sobretudo com a influência norte americana. A cidade deve se expandir, as elites se deslocam para longe do antigo centro e atrás dela vão os seus serviços e o comércio.

Essa expansão, na maioria dos casos não planejada, começa a apresentar os seus problemas. As distâncias a serem percorridas são maiores, a população se desloca e o antigo centro perde a força, são criados subcentros espalhados. Como apresenta Flávio Villaça (2007), em seus estudos, com o deslocamento das elites, os investimentos também se deslocam para essas novas áreas, carentes de infraestrutura. Os investimentos rodoviários são massivos, uma vez que o transporte individual, o carro, começa a ser o mais utilizado.

Esse fenômeno faz com que as áreas centrais percam o interesse de investimento, de habitação; contudo ali ainda existe uma infraestrutura, além das edificações consolidadas. As populações de baixa renda veem uma grande oportunidade e

começam, em algumas cidades, a ocupar esses espaços ociosos e abandonados, mas com espaço para seu comércio e em uma região que continha um fluxo de pessoas considerável para mantê-los.

Contudo, essa ocupação não foi total, os espaços começaram a ficar obsoletos devido aos mínimos investimentos, até mesmo por parte dos ocupantes, e em meio a edifícios abandonados, degradados, e em muitos casos com usos inadequados ao imóvel, essas regiões se tornaram degradadas e com aspectos que acabaram por torná-las, em casos, regiões perigosas.

E são para esses centros, que nas décadas finais do século XX, os olhares se voltam, com o intuito de “preservação” daquele patrimônio cultural (edificado), surgem políticas de intervenções urbanas, com apoio dos governantes e de setores privados da sociedade. Esses dois setores criam um *marketing* através da valorização desses centros, com um novo olhar para o centro, com o intuito de movimentar a economia da cidade.

A requalificação é uma atuação humana sobre o espaço com o intuito de trazer para o local alvo a qualidade “perdida”, qualidades físicas, qualidade de vida. Para isso ela deve levar em considerações aspectos políticos e sociais, permitindo que os usos desses espaço requalificado seja igualitário e diversificado.

Como menciona Ana Marina Silva:

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade. (SILVA, 2011, p.16)

A necessidade da requalificação de espaços urbanos surge do consumo exagerado do espaço físico da cidade, onde esta se expande, eixos de circulação se deslocam para novos espaços e espaços antes vibrantes acabam perdendo o uso, deixados de lado e se degradam através dos novos usos que lhes são atribuídos ou mesmo pelo abandono.

As requalificações surgem com o intuito de trazer a qualidade para esses espaços, como dito acima, mas muitas vezes não levam em consideração aspectos sociais

daquela nova realidade que, por ventura, ali foi estabelecida depois do “abandono”. Muitas intervenções focam no aspecto da preservação do patrimônio edificado, principalmente em centros urbanos históricos e acabam não sendo eficientes em um contexto macro.

O termo “centro histórico” utilizado aqui faz referência a bairros que foram se desenvolvendo durante determinado período da história, não necessariamente localizados no centro geográfico das cidades, mas que apresenta ou apresentou rica atividade cultural e comercial, era ponto de encontro da população e normalmente onde as elites habitavam. Por esses e diversos outros fatores, há nesses pontos grande referência cultural para parte da população e geralmente são áreas com rica arquitetura.

A revitalização se caracteriza pela atuação em espaços urbanos que perderam a vitalidade, assim como a requalificação, atua prioritariamente nas áreas centrais ditas históricas da cidade, muitas vezes apresentam como justificativa para a intervenção o resgate do patrimônio. Essas ações se concentram nessas áreas por terem como foco a atuação sobre os edifícios, o patrimônio edificado, uma vez que a intenção é trazer nova vida para a área. Com edifícios renovados, restaurados há um apelo pelos novos usos, com ênfase no comércio.

Assim, a requalificação de centros urbanos deve se caracterizar não somente por critérios funcionais, mas também políticos, sociais e ambientais. Esses critérios conferem às intervenções uma nova vitalidade não só econômica, mas também social. (BEZERRA; CHAVES, 2014, p.7)

Essas “novas” áreas atraem “novos” públicos, “novos” fluxos e estas mudanças, muitas vezes, acabam transformando as características existentes no local antes intervenção. Aspecto este, além do arquitetônico, visto como inexistente por parte dos interventores.

Muitas vezes essas intervenções, sobretudo as revitalizações, trazem por traz do vizez da preservação do patrimônio, resgate da memória, a questão chave dos interesses do mercado, o lucro. Como podemos ver na citação abaixo:

Tais iniciativas, sejam elas grandes investimentos em equipamentos ou culturais de preservação e restauração de algo, é alcançado pelo status do patrimônio, constituindo, pois uma dimensão associada à primeira, na condição

de isca ou imagem publicitária. [...] A medida que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades, fica mais evidente para os envolvidos que a cultura passa a ser o principal negócio das cidades. (ARANTES; MARICATO; VAINER, apud BEZERRA; CHAVES, 2014, p. 4)

Em muitos desses centros antigos passaram a existir novos laços e relações que fizeram com que os habitantes, que passaram a utilizar esse espaço deixado, se indentificassem e se tornassem pertencentes. Mas as intervenções tendem a trazer novas significações para o espaço, uma nova configuração social e novas apropriações. Com isso, esses usuários não são bem vistos e mesmo quando permanecem, a modificação do espaço é tamanha que eles se veem sem alternativas. Uma dessas questões é relativa à grande valorização imobiliária, onde os proços começam a subir e quem não consegue se manter acaba perdendo espaço.

Sobre esses usos que os espaços recebem Rogerio Proença Leite nos fala:

Essa observação tem forte valor heurístico: convida-nos a entender certos usos dissonantes dos espaços, não como manifestações de “desordem”. Mas como formas singulares de apropriação cotidiana e pública de certos espaços. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.23)

E essa é justamente uma das grandes questões e um dos grandes desafios dessas intervenções, o que muitos autores chamam de “gentrificação” ou “*gentrification*”, onde, em um espaço revitalizado, há uma substituição gradual do contingente populacional, exatamente de poder aquisitivo menor por populações de alto poder aquisitivo.

Sobre gentrificação Rogerio esclarece:

Ainda nos anos 1960, alguns apontavam para nossas transformações observadas nos centros das grandes cidades norte americanas e em algumas metrópoles europeias. Os distritos “históricos” começavam a ser lentamente reocupados por setores mais abastados das classes médias, que retornavam ao centro em busca das vantagens ali oferecidas pelas proximidades. Moradia, trabalho, lazer e consumo estavam disponíveis nos quarteirões vizinhos para aqueles que se dispusessem a morar no centro da cidade. Associava-se a isso o “valor” que se começava a atribuir aos imóveis mais antigos, muitos deles considerados de interesse para preservação histórica. O retorno desses

pioneiros (para usar a expressão de Smith, 1996) era concomitante à chegada de novos usos, que agregavam ainda mais “valores culturais” às áreas centrais. Galerias de arte, ateliês de artistas novos ou em ascensão, restaurantes e cafés refinados iam surgindo, formando seu público e reafirmando a conquista do território central. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.48)

Esse fenômeno ocorre justamente devido às premissas de muitas intervenções que veem no patrimônio um cenário para o consumo, onde as classes menos favorecidas não se encaixam, e esses espaços passam a receber novos frequentadores mais abastados, atraídos pelo novo comércio, voltado para eles e o *marketing* do “centro histórico”.

Nas políticas de revitalização o poder público lança mão da iniciativa privada e esse investimento privado necessita de um retorno, que visa ao lucro e para isso traz consigo todo o aporte necessário para a promoção da área e os incentivos, junto ao município para realização de seus interesses.

O princípio básico da intervenção, que seria a valorização do patrimônio, acaba se perdendo à medida em que o usuário do espaço passa a ser visto como um consumidor, em um espaço de mercado onde o patrimônio é apenas um cenário, como em um *shopping center* a céu aberto.

Sobre a questão do Estado passar os seus deveres para a iniciativa privada, Rogério Proença nos fala:

É nesse contexto de desregulamentação da economia que as políticas de *gentrification* do patrimônio cultural encontram a sua forma como política urbana. Os projetos contemporâneos de “revitalização” recolocaram os velhos centros históricos na pauta das políticas públicas e se transformaram em um agudo esforço das gestões municipais na recuperação das políticas econômicas locais, através da revalorização de suas tradicionais localidades. Transformado em mercadoria cultural, o patrimônio histórico parece se adequar à nova lógica do mercado, abrindo-se para parcerias com a iniciativa privada, que tem investido nessas áreas como um bom e lucrativo negócio. (LEITE, apud FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.71)

Outra crítica a ser feita é a escala das intervenções, muito concentradas, muitas vezes se limitando a uma rua. Sobre essa questão:



[...] A partir da década de 1960, as noções de planejamento urbano vêm sendo substituídas pela de projeto urbano, com a conseqüente ênfase em operações pontuais em detrimento da idéia da cidade como um todo e do alcance social do processo de intervenção. [...] (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.69)

As políticas de renovações urbanas, revitalizações, intervenções que deveriam trazer grandes benefícios à sociedade, por aspectos como a recuperação e valorização do patrimônio, começaram a ser vistas por muitos como termos negativos, de desapropriação de espaços, de retirada de uma identidade existente e construção de uma nova imagem, sempre voltada para os ideais do comércio, do consumo e do lucro de poucos, criando espaços de segregação.

Contudo, alguns bons exemplos podem ser observados, quando há uma iniciativa real da população do local em valorizar o seu patrimônio, mas à sua forma, valorizar e manter as suas referências e principalmente criar uma barreira ao avanço da gentrificação. Como no caso da *Maison des Métallons*, estudado por Gomes (2006), um bairro na região leste de Paris que para tentar evitar que o fluxo de gentrificação, que ocorreu em muitos bairros da região, chegasse ao seu. Para isso criaram políticas de preservação e valorização do seu patrimônio, mas para uso da própria comunidade.

## **2.2. Preservação da Paisagem**

Uma das grandes questões envolvidas nos processos de intervenção urbana é justamente quanto ao entendimento da paisagem, para sua posterior intervenção, com o intuito de preservar as características e a ambiência do local. Muitas vezes as intervenções são feitas de forma arbitrária, sem o entendimento da ideia de conjunto urbano, necessário para uma leitura e entendimento completo da área alvo da intervenção.

Essa leitura da paisagem também é de extrema importância para a inserção de uma nova edificação. Como em muitas intervenções onde um centro cultural, por exemplo, é o ponto de partida para a renovação da área. Portanto, essa edificação deve dialogar com o conjunto já edificado, em volumetria, textura e escala. Caso haja a intenção de ruptura com a paisagem, esse entendimento se faz ainda mais necessário para que

essa inserção se dê de forma harmônica e não interfira negativamente no conjunto da paisagem, formando um ruído.

Por essas questões buscamos, nesta seção, entender a paisagem urbana, o que ela significa, como as pessoas se apropriam dela, suas relações, para melhor intervir posteriormente. Buscamos, também, o auxílio de dois autores que estudam a paisagem e a morfologia urbana, Gianfranco Caniggia, em seu estudo tipológico e Gordon Cullen, no seu estudo sobre a “Paisagem Urbana”.

A escolha desses dois autores se deu devido à proximidade entre seus estudos, enxergada por nós. Caniggia, da escola Italiana de morfologia urbana, pauta seu estudo no entendimento da cidade a partir de uma análise tipológica, como a cidade se desenvolve com base em um primeiro tipo. Essa análise dos tipos é realizada, em parte, no nível do pedestre, pois é necessário uma análise das fachadas, da valometria das edificações que compõem a cidade. Essa relação com a rua nos levou a Gordon Cullen, pois seu estudo é basicamente voltado para a análise da paisagem urbana com base na observação do pedestre e as sensações que estes absorvem no seu caminhar pela cidade; por isso, analisa as relações de volumetria, escala, texturas que compõem a imagem da cidade.

### **2.2.1. Paisagem urbana**

Muitos autores vêm tentando definir o que é paisagem, desde sua forma mais concreta, as edificações, as relações com a beleza, os aspectos geográficos até as relações humanas que dela fazem parte e que ajudam na sua construção, sendo ela física e psicológica. A paisagem é formada pelo ambiente natural, as edificações, mas sobretudo, o que importa para sua constituição como paisagem é sua relação com o homem. O ser humano é o responsável pela realização do material, do concreto, mas também e, principalmente, do imaterial, que são relações com o ambiente contruído, as relações interpessoais dentro desse espaço urbano que fazem, junto com o material, a construção da paisagem.

A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao

longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocupam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. Em 1976, Donald Meining identificava dez formas diferentes de encarar a paisagem: como natureza, como habitat, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética (MEINING, 1979). Existem, enfim, diferentes olhares possíveis sobre a paisagem. (RIBEIRO, apud FERREIRA et al, 2016, p.3)

Para Kevin Lynch (1997) a paisagem é única para cada indivíduo, pois cada pessoa cria a sua relação afetiva, emocional com a cidade, através das suas relações vivenciadas nesse espaço, mas sobretudo a percepção da paisagem é particular devido às características de desenvolvimento específicas de cada um e sua bagagem cultural; portanto, cada indivíduo confere à paisagem um significado particular, inconscientemente.

Como mostra Tarnowski (2007), também entendendo a paisagem e a relação única de cada indivíduo, a paisagem é uma construção mutável pois é uma combinação entre os elementos tempo, espaço, momento histórico e social. Portanto dependente de cada momento histórico, logo a paisagem vai ter uma percepção única, trazendo significados diferentes para os indivíduos de cada momento.

Uma vez que o indivíduo é fruto de seu tempo, sua bagagem cultural está, logicamente, ligada ao seu momento histórico social, portanto a conferência de significado, sua relação e a apreensão da paisagem por ele vai ser específica, não só dele mesmo mas também do seu momento na história.

Sobre essa questão da relação com a história e a construção da paisagem podemos ver:

Para Escibano et al (1989) e Santos (1997), a paisagem é qualificada pela história. Seus atributos são conferidos pela atividade transformadora dos homens organizados em sociedade. As circunstâncias econômicas, políticas e culturais que envolvem essa atividade humana transferem-se para a paisagem. Nesse percurso de produção do espalho geográfico, a natureza original e a herança da atividade das gerações anteriores funcionam como suporte, limitação objetiva e recurso para a geração presente. (DITTMAR, 2007, p.17)

Logo, esse breve estudo nos mostra como é complexo o entendimento real do significado da paisagem, uma vez que cada indivíduo tem a sua percepção específica, mas também há uma cultura geral presente que ajuda a constituir a relação de todos com a paisagem e isso nos mostra a importância do entendimento desses diversos fatores para uma boa intervenção, se não para todos, para uma maioria.

Buscamos também um entendimento breve da morfologia urbana, que pode ser entendida pela forma da cidade em si, a volumetria de suas edificações, a implantação destas. Sobre essa questão Carla Martinez nos fala:

A morfologia urbana corresponde ao estudo da forma da cidade, tomada como um conjunto de objetos arquitetônicos relacionados espacialmente entre si, e considerando suas interligações com os fenômenos que lhe dão origem (LAMAS, 2004). Nota-se, então, que a análise da morfologia é fundamental para o entendimento das dinâmicas da cidade e da imagem e paisagem urbanas, uma vez que tais elementos encontram-se profundamente ligados e são mutuamente influenciados. (TARNOWSKI, 2007, p.24)

Sobre morfologia urbana, Del Rio (apud DITTMAR, 2006, p.25) também nos fala:

A morfologia urbana deve ser vista como o estudo analítico da produção e modificação da forma urbana no tempo. Estuda, portanto, o tecido urbano e seus elementos construídos formadores, através de sua evolução, transformações, inter-relações e processos sociais que os geraram.

Lynch (1997) fala que há uma maior orientação do indivíduo em um espaço mais organizado, que facilite a sua percepção e compreensão, ao passo que um espaço confuso gera desorientação. É através dessa imagem criada da cidade que as pessoas se identificam, se sentem pertencentes, se localizam e acabam tornando esses espaços urbanos seus pontos de referência, pessoais e coletivos.

Sobre a percepção do espaço urbano pelos indivíduos podemos ver:

A percepção pode, então, ser entendida como um processo mental de interação entre o indivíduo e o ambiente, que ocorre por meio de mecanismos perceptivos (DEL RIO, 1990) e que chega a instruir a vivência dos seres

humanos neste ambiente (CASTELLO, 2001). Assim, a partir da imagem da cidade, bem como de seu uso, a percepção concretiza-se como importante prática cultural, que visa à compreensão do espaço urbano, sendo alterada por características físicas ou culturais, como fatores econômicos, sociais, informativos e de infra-estrutura local (FERRARA, 1993). (TARNOWSKI, 2007, p.27)

### **2.2.2. Caniggia – Escola Italiana de Morfologia Urbana**

Ao redor do mundo, autores desenvolveram diversas linhas de pensamento sobre a morfologia urbana, visto a sua importância para o entendimento e planejamento da cidade. Esses pensadores deram origem a diversas escolas, dentre elas, a italiana, que teve como um dos seus principais pensadores Saverio Muratori (1910 – 1973) que desenvolveu seus estudos de entendimento da morfologia urbana baseados na tipologia existente no local. Um de seus discípulos, Gianfranco Caniggia (1933 – 1987), continuou seus estudos, aprofundando-os e utilizando esses conhecimentos para intervenções nos sítios urbanos consolidados.

Para Caniggia existem dois tipos básicos de construção; um primeiro, que é a base da construção, que são as edificações mais comuns, sobretudo as residências, chamada por ele de *edilizia de base*, e uma outra, destinada às classes mais abastadas, que é aquela voltada para as grandes construções, os monumentos, construções que requerem uma grande criticidade de quem a projeta, chamada por ele de *edilizia especializada*. O seu foco se volta para a *edilizia* de base pois ela está presente em toda a cidade e é ela que vai conformando o tecido urbano.

O tipo, da *edilizia de base*, se desenvolve a partir dos conhecimentos coletivos, das observações cotidianas, concepções do que seria o ideal de casa. A construção desse entendimento vai se dar com o passar do tempo. Para eles, existe uma base tipológica, que pode ser uma cabana de madeira, por exemplo, e que vai se desenvolvendo durante a história a partir das necessidades que vem surgindo, como o acréscimo de um ou mais pavimentos devido ao aumento populacional, o surgimento de lojas no térreo a partir da necessidade do comércio fixo. Ou seja, ampliações que vão sendo feitas com o passar dos anos e que vão desdobrando aquele tipo inicial, fazendo com que aquela cabana de madeira inicial agora possa ter se tornado um edifício de cinco pavimentos.

Para eles toda a estrutura da cidade pode ser resumida à edificação. Caniggia afirma que para o entendimento da cidade deve-se observar a edificação, suas características de fachada, volumetria, cheios e vazios, planta baixa para identificar as características do tipo. A partir do tipo identificado, olhar sua implantação no lote, isso no conjunto das tipologias, o lote na rua, a rua na quadra e por fim a formação do organismo urbano. Ou seja para ele tudo está ligado, não se pode estudar um sem entender o outro, o tipo não se individualiza, está sempre relacionado em suas diversas escalas. Por essas características aprofundadas das edificações, esse estudo requer uma pesquisa histórica considerável.

Esse estudo ainda é muito utilizado por seguidores da escola italiana e possui resultados excelentes de inserção de novos objetos em áreas urbanas consolidadas historicamente. Com essas análises é possível entender como todas as edificações do local se comportam no tecido urbano, como elas se mostram na paisagem e a inserção de uma nova, de forma harmoniosa, se torna mais facilitada.

É importante ressaltar que essa nova inserção não é uma cópia mimetizada da tipologia, ela é mais um dos seus desdobramentos na história, por isso utiliza materiais de seu tempo e, mesmo que busque os materiais presentes nas edificações anteriores, sua utilização também não vai ser a mesma de antes, pois, logicamente, está em outro período histórico e tem que ser um representante seu tempo e não imitar outro.

### **2.2.3. Gordon Cullen – Paisagem Urbana**

No seu livro “Paisagem Urbana”, com sua primeira edição em 1959, Cullen faz um estudo sobre a boa forma urbana. Nele, o ponto de vista é o do observador, atento, interessado, em seu caminhar pela cidade. Em sua análise visual Cullen busca estudar as soluções para a boa forma urbana e para isso analisa a relação entre as edificações, o ambiente, a paisagem natural e os elementos que constituem a paisagem urbana e, a partir desses aspectos, busca entender qual o impacto gerado pela reunião desses elementos nos habitantes e visitantes das cidades.

Para o autor, uma cidade que não se apresenta de forma atrativa ao observador, que é uma cidade monótona ao caminhar, ela não cumpre o seu papel. Para ele a cidade deve possuir os diversos aspectos e fenômenos, como a complexidade, a criação de

cenários, os pontos focais, efeitos que podem causar sucessivas sensações nos seus habitantes e visitantes.

Para Cullen a visão é o sentido com o qual mais devemos nos preocupar pois é, dos sentidos humanos, o que mais se sobressai e com ela percebemos majoritariamente o ambiente que está ao redor. Para ele a visão tem a capacidade criar sensações nos observadores pois ela pode trazer sensações, experiências vivenciadas pelas pessoas.

Cullen fala sobre três aspectos que estruturam a paisagem. O primeiro seria a óptica, aspecto no qual ele fala sobre os conceitos da Visão Serial, que seriam as revelações e surpresas com as quais os transeuntes se deparam em uma travessia pela cidade. Um aspecto importante da Visão Serial é o contraste; para ele o ser humano é estimulado por realidades opostas presentes em um mesmo local, como por exemplo o contraste entre a rua (aberta, fora) e um pátio (fechado, dentro). Para ele o percurso dentro da cidade deveria ser marcado por uma série desses contrastes.

O segundo aspecto seria aquele relativo à percepção da posição da pessoa em relação ao espaço, à medida que ela se desloca, quais são as sensações. Cullen diz que é fácil de exemplificar, “quando entramos numa sala pensamos <Estou cá fora>, depois <Estou a entrar Ali para dentro> e finalmente, <Estou aqui dentro>”.

O terceiro e último aspecto é o conteúdo que está relacionado com a constituição física da cidade, o que as edificações, em conjunto ou individual, mostram para o observador. Está relacionado com a escala, cor, texturas, os aspectos específicos, que fazem com que cada cidade seja única. Quanto a este aspecto Cullen diz que para a cidade não ser tediosa, deve-se evitar o que é convencional.

O estudo de Cullen é de extrema importância para se levar em conta a relação com o pedestre na cidade, que muitas vezes é esquecida. Ele traz também uma questão muito importante que é a noção do conjunto urbano, que a cidade é um todo único, à medida que ele propõe que o observador deve caminhar pela cidade, descobrir, através da visão serial, ele nos mostra que todo esse percurso, a cidade, deve ser pensado no total, como um todo único para uma boa forma urbana.

### 2.3. Vazios Urbanos

A questão dos vazios urbanos vem sendo discutida por alguns autores há um tempo, questões relativas ao termo, sua definição, o que eles representam para a cidade e soluções para esses espaços. Eles podem ser terrenos vazios, construções abandonadas, são acima de tudo, espaços, dentro do tecido urbano, que criam surpresas negativas, pois muitas vezes estão em áreas adensadas, com gabarito elevado e presença de infraestrutura, mas permanecem como um espaço desocupado, um vazio, como se tivesse parado no tempo, esperando para que alguém lhe dê um uso.

Para Dittmar (2006) os vazios urbanos são espaços que podem ou não estar edificadas mas que se caracterizam por serem espaços desocupados, subutilizados, são como espaços que sobraram dentro da malha urbana. Ainda segundo ela esses espaços muitas vezes se localizam em áreas abandonadas, como complexos industriais, áreas próximas a portos e linhas férreas e que perderam o uso em algum momento da história. São essas as áreas alvo das revitalizações, requalificações urbanas ocorridas nas últimas décadas.

Muitas vezes esses vazios se dão em espaços centrais, em locais muito valorizados e sua causa, em muitos casos, é a especulação imobiliária, onde é interessante para o proprietário deixar o espaço sem uso esperando que o terreno se valorize cada vez mais e sua venda possa vir a ser um bom negócio.

Em sua essência, o vazio urbano também pode ser interpretado como lapso do planejamento da cidade, uma vez que sua exigência configura uma paisagem diversa da idealizada, associada a questões econômicas e de especulação imobiliária. “Havendo especulação, há criação mercantil de escassez e o problema do acesso à terra e à habitação se acentua” (SANTOS, 1996, p.96) [...] (TARNOWSKI, 2007, p.18)

Como um fenômeno presente em muitas cidades brasileiras, nos anos 70 as cidades começaram a ver um esvaziamento gradual de seus centros, por algumas das questões citadas anteriormente. E esse esvaziamento acaba por agravar os problemas dos vazios urbanos. Tentando contornar esse fato, já presente no momento, a Constituição de 1988 cria uma lei com o intuito de evitar a existência desses lotes vagos, o que vem a ser reforçado posteriormente com a criação do estatuto da cidade e a necessidade da



elaboração dos planos diretores, leis nas quais prevalecem o ideal do público sobre o privado.

Contudo, há um grande desgaste nesse processo, as leis muitas vezes são ineficientes, superficiais, o processo pode se tornar demorado e muitas vezes não acabam como deveriam. Há uma falta de interesse público e, muitas vezes, esses terrenos vão para a iniciativa privada que os utiliza para fins de lucro.

Esses espaços desocupados podem acabar se tornando problemas urbanos, uma vez que estão sujeitos a ocupações ilegais ou até podendo se tornar depósitos de lixo, sem falar nos problemas relativos ao entendimento da paisagem, uma vez que são espaços degradados e sem uma relação benéfica com a cidade. Muitos problemas poderiam ser evitados se estes espaços, uma vez sem uso, fossem utilizados para habitação social, visto a demanda, principalmente em locais com infraestrutura, ou até em áreas adensadas servir como um equipamento público ou uma área de respiro, um espaço verde.

Nota-se que os vazios urbanos, mais do que uma questão urbanística, constituem um problema social e econômico, vista a importância e o valor atual da terra urbana, bem como a perversidade social expressa pela apropriação privada dos lucros produzidos socialmente (CLICHEVSKY, 2004). As áreas vagas são, portanto, objetivos de trabalho não só para a esfera pública, mas também inerentes ao setor privado e à sociedade como um todo. (TARNOWSKI, 2007, p.19)

Esses espaços que desordenam o tecido são muitas vezes vistos como “espaços indefinidos e incertos”, mas com a boa vontade dos órgãos públicos, deveriam ser vistos como “potenciais urbanos”, uma vez que são espaços residuais, deixados em regiões muitas vezes valorizadas, com boa infraestrutura, sendo capazes de receber um vasta gama de usos. Para que isso ocorra deve haver um entendimento total do problema quais as causas desses vazios e como agir frente a cada desafio, sobretudo em prol do bem coletivo. (DITTMAR, 2006)

### 2.3.1. Sobre Juiz de Fora

A realidade de Juiz de Fora não estaria muito distante da realidade nacional, Teixeira (2010) e Furtado (2010) em seu estudo mostraram a presença de muitos terrenos vazios, próximos às áreas adjacentes à linha férrea e até mesmo terrenos em áreas valorizadas e infraestruturadas da cidade.

Na década de 90 a questão dos terrenos vazios estava desordenada, havia muitos terrenos disponíveis e há uma tentativa de focar em soluções para esses espaços ociosos. Contudo, a criação do Plano Diretor, em 2000, não traz esforços aparentes do poder público, há pouca atuação e a situação dos terrenos continua a mesma.

A questão que chama a atenção é utilização desses terrenos, situados na área central, para a criação de condomínios verticais para famílias mais abastadas, desviando da real proposição, que deveria ser o interesse para o coletivo. Graças à especulação imobiliária, muitos terrenos também são utilizados para estacionamentos esperando uma valorização cada vez maior e criando interrupções de leitura do tecido urbano.

Sobre os vazios utilizados para fins de estacionamento de veículos no Centro de Juiz de Fora, Tatiana Teixeira e Fernanda Furtado nos mostram o posicionamento do poder público:

Embora o fenômeno ocorra dispersamente em toda área urbana, destaca-se o grande número de lotes ociosos e/ ou subutilizados, especialmente nas áreas centrais. É notório o grande número de estacionamentos situados no centro da cidade que, sem chamar atenção para a ociosidade e desperdício da área, oferecem, em troca, um serviço “socialmente necessário” (Juiz de Fora, apud TEIXEIRA; FURTADO, 2010, p. 11)

Sobre o pensamento em relação à prefeitura Teixeira e Furtado concluem:

Torna-se clara, assim, a ausência de uma preocupação na obtenção de soluções para os problemas encontrados no território municipal, assim como mais especificamente em sua área central. Pode-se afirmar que não existe (e nunca existiu) uma preocupação em utilizar a legislação vigente para modificar não só a situação dos vazios, mas todos os problemas de caráter urbano que a cidade enfrenta no decorrer de longos anos. Isso ocorre, em parte, pelo caráter

obsoleto de uma legislação bastante permissiva quanto aos parâmetros urbanísticos de construção, uso e ocupação do solo, que não condizem com a complexidade da cidade do século XXI e não se faz capaz de solucionar os problemas que surgem no dia a dia do município. (TEIXEIRA; FURTADO, 2010, p. 12)

### **3. Centro Cultural**

Um equipamento cultural tem a capacidade de transmitir o conhecimento em diversas áreas e abarcar distintas atividades, como salas de cinema, teatro, museus, bibliotecas, dança e diversas outras atividades, que tem como propósito a identificação da população com o local, atingindo diversas classes e faixas etárias.

[...] A atividade cultural se mostra muito influenciada pelo gosto das demais pessoas, concentrando preferências. Taleb (2008) argumenta que filmes de cinema e um grande leque de produtos culturais dependem fortemente do efeito de contágio. Sugere que as pessoas não se apaixonam por uma obra de arte apenas pelo seu valor artístico, mas também para se sentirem pertencentes a uma comunidade que compartilha os mesmos gostos (Taleb, 2008, p.31). Aponta que é natural que os artistas queiram procurar oportunidades e maximizar suas exposições a pessoas influentes onde existem mais oportunidades. [...] (OLLAIK; MEDEIROS, 2010, p.14)

Pretende-se, como produto final do trabalho, o desenvolvimento de um objeto arquitetônico de caráter cultural. Para tanto, neste capítulo, buscamos uma breve discussão sobre o tema, trazendo algumas das características desses espaços de cultura e suas posturas em relação à população urbana bem como alguns dos benefícios trazidos por esses equipamentos para o coletivo.

#### **3.1. Caráter Educativo e Social**

Desde a antiguidade há relatos da existência de locais destinados ao armazenamento de bens importantes e representativos para o povo local e outros povos. Esses locais, além da guarda e proteção, serviam como referência e ensinamento dos conhecimentos humanos. Contudo, essa ideia de “centro cultural” e suas variações, que conhecemos hoje, vem do século XX.

No início do século XX, países como França e Inglaterra, com a intenção de enaltecer o país, seu povo e sua produção artístico cultural, começam a desenvolver os primeiros centros culturais como conhecemos hoje. Sobre o pioneirismo da França e as ideias que inspiraram os centros de cultura ao redor do mundo Silva (2014) nos fala:

A França, país pioneiro na iniciativa dos centros culturais, inovou quando inaugurou o Centre d'Art et Culture Georges Pompidou em 1975 não só pela capacidade do espaço, mas também pela sua arquitetura singular. Percebe-se aí que um dos importantes fatores que levaram ao desenvolvimento de centros culturais é a importância da disseminação da cultura e fazer com que ela chegue e faça parte do cotidiano da população. O "Beaubourg", como é conhecido o centro, serviu de modelo para a implantação de centros culturais em todo o mundo. (p.16)

E sobre o Centro Georges Pompidou podemos ver:

O Centro Cultural Georges Pompidou, em Paris, que é uma biblioteca repensada e expandida, foi o elemento provocador que estimulou a criação de centenas de centros culturais. O resultado disso é que se passou a identificar os centros de Cultura como uma novidade, quando de fato ele, majoritariamente, é a evolução normal das milenares bibliotecas. (MILANESI, apud SILVA, 2014, p.17)

No ideal de construção de identidade coletiva, é necessário que se possua um acesso mais democrático a esses locais, assim como amplitude maior de disseminação da cultura, esses conhecimentos coletivos são compartilhados com muitos, criando essa rede de conhecimento cultural coletiva, que pode, por vezes, identificar um povo. Esses espaços, além de uma nova forma de lazer para a população, agora permitem que haja uma valorização maior da cultura e da arte.

No Brasil, o desenvolvimento de programas do estado para incentivar a cultura, na década de 80, trazem o desenvolvimento dos primeiros centros culturais. Sobre o fator que levou à criação desses centros culturais podemos ver:

Um fato relevante na criação dos centros culturais como afirma Teixeira Coelho (1997) pode ser denominado como “ação cultural”, que segundo ele pode ser identificada em três momentos distintos, o primeiro momento é tido como patrimonialista, visto que há o objetivo de preservar o patrimônio cultural focando na obra de arte e não no usuário; o segundo momento passa uma abordagem diferente, pois, o foco que era até então na obra de arte se transfere para o usuário que, até o presente momento era tido como segundo plano; já o terceiro momento, que por sinal é o mais importante e é através dele que houve espaço para a elaboração dos centros culturais, preocupa-se diretamente com o indivíduo e suas relações sócio-culturais, de como ele se relaciona com os demais e com as artes em geral a maneira com que a cultura chega até ele. Nas palavras de Teixeira Coelho, sob um ângulo específico, define-se a ação cultural como o processo de criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas e grupos investem seus próprios fins no universo da cultura (apud SILVA, 2014, p.16)

Os centros culturais, atualmente, são locais dinâmicos e sinônimos de aprendizagem; possuem um acervo próprio, também chamados de complexos culturais. Possuem diversas funções com o intuito de suprir as necessidades da população. Como espaços democráticos devem ser pensados de modo a estimular o acesso das diversas camadas sociais.

Sobre as definições de centros culturais podemos ver:

Temos ainda três definições diferentes para os centros culturais colocadas por Teixeira Coelho, que são elas: casas de cultura; centros culturais e espaços culturais, apresentando diferenças em sua composição. O espaço de cultura é caracterizado por ser mantido pela iniciativa privada, não apresentando acervo de obras, como é o caso de espaços culturais de grandes bancos ou empresas. Já o centro cultural faz menção a uma instituição de maior porte, mantida pelos poderes públicos possuindo um acervo e equipamentos permanentes, como cinema, bibliotecas e salas de teatros, ao passo que as casas de cultura designam espaços menores, situados em sua maioria em bairros e regiões periféricas possuindo acervo reduzido “Quem entra num centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (MILANESI, 1997, p.28). (SILVA, 2014, p.20)

Outro ponto interessante a citar com relação aos centros culturais é que, devido a este caráter dinâmico e de variadas funções, ele pode trazer consigo uma modificação benéfica ao espaço urbano, melhorando a qualidade arquitetônica do entorno, por

vezes lançando mão de pequenas ou grandes intervenções urbanas. Apesar dos benefícios, devemos atentar para os fatores citados e descritos nos capítulos anteriores, como as intervenções urbanas que desconsideram as características arquitetônicas e sociais do local e que acabam gerando processos de gentrificação.

## 4. Estudos de Caso

Neste capítulo, buscamos apresentar dois estudos de caso, um nacional e outro internacional, que nos mostrasse intervenções em centros urbanos. Buscamos um estudo de caso positivo e outro negativo, definidos com base nos estudos anteriores deste trabalho. Procuramos apresentar de forma real as questões que foram estudadas nos capítulos anteriores, como a gentrificação, e quais os reais benefícios e malefícios que esses processos trazem para a população e para o centro histórico. Esses exemplos nos servem de base para buscarmos apoio nos pontos positivos e ter conhecimento dos negativos, afim de tentar realizar da melhor forma a proposta final do trabalho.

O primeiro exemplo, intitulado aqui de “O Caso do Recife”, nos mostra um caso claro de gentrificação. Através de uma parceria público privada é feita uma revitalização no centro histórico onde o principal foco seria o comércio e serviços voltados para executivos, turistas e quem mais pudesse pagar para frequentar os diversos bares e restaurantes que foram abertos. E procuramos mostrar, também, o descaso com os menos favorecidos, os antigos usuários do espaço, e a tentativa intimidadora de expulsão deles para não atrapalhar o fluxo de clientes e investimentos na região.

O ultimo exemplo é o caso da *Maison des Métallon* em Paris, que teve um desfecho bem diferente do Recife. Há, na cidade, um limite imaginário construído por diversas questões, que fazem com que o leste seja visto como um local problemático, de operários revolucionários, imigrantes e por ser uma região de tecido medieval, considerada insalubre. Logo, fatores que fizeram com que diversos bairros da região sofressem intervenções gentrificadoras. Para tentar barrar esse processo e ainda proteger um bem cultural de referência para a comunidade, a população se une e consegue a proteção de uma fábrica do século XIX, bem como a criação, nesse espaço, de um centro cultural que representasse não só a comunidade mas todo o leste parisiense.



#### 4.1. O Caso do Recife

O núcleo histórico da cidade do Recife foi alvo de diversas transformações urbanas. Um dos grandes motivadores foi a presença forte do porto, sendo um dos mais importantes do país, o local foi se constituindo como uma região importante e diversa. Seu casario colonial deu lugar a edifícios ecléticos no século XIX através de uma grande intervenção urbana, aos moldes de Paris, de Haussmann e do Rio de Janeiro, de Pereira Passos.

Essa reforma também levou a um emburguesamento da área que começa a perder força com as modificações de ideais de deslocamento dos centros, e já nos anos 80, percebe-se um esvaziamento da área que, sem moradias e o movimento constante, se torna um ambiente marginalizado, com presença de moradores de rua, prostitutas, entre outros.

Nos anos 90, há um novo movimento no bairro, intervenções urbanas que tinham como propósito um processo de gentrificação, tornando a área um local de lazer para as camadas mais abastadas.

Essa fase de enobrecimento do bairro coincide com o desenvolvimento de um novo modelo de preservação do patrimônio histórico no Brasil, cuja principal orientação revela-se nesta fase do então ministro da Cultura, Francisco Weffort (1999): "O patrimônio cultural no Brasil não é só uma questão de cultura, mas também matéria econômica". A relação entre patrimônio e economia não é algo novo nas políticas de preservação. Em artigo de 1983, sobre Paris, Certeau (1994) ressaltava que a política de renovação de bairros deteriorados remontava à lei Malraux (1962), cujas estratégias de reabilitação de patrimônio se baseavam num tipo de intervenção estética que operava a partir da lógica do mercado, através da reativação do comércio e da valorização imobiliária. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.26)

Esse momento brasileiro era reflexo de diversas discussões internacionais que colocavam em pauta a valorização imobiliária em áreas históricas que passaram por intervenções, como um fator de grande relevância, bem como, o turismo. No Brasil, esse também é um momento em que as intervenções em áreas patrimoniais não ficam concentradas no IPHAN, há uma descentralização e uma forte entrada da iniciativa privada.

Assim, são adicionados usos aos locais, alvo das intervenções, que pudessem trazer lucro e justificar o investimento feito. Logo surgem usos dissonantes com as realidades dos espaços, uma vez que os locais deveriam oferecer diversos serviços que atraíssem pessoas com capital para consumir, o que acaba gerando uma conseqüente elitização. É nesse momento, embuídos desse ideal, que o governo, juntamente com a iniciativa privada, criam um grande plano de revitalização dos centros históricos de diversas capitais brasileiras, dentre elas o Recife.

O projeto, visivelmente, na maioria de suas ações estava voltada para um enobrecimento da área e com foco definido no setor de comércio, como podemos ver:

[...] Para viabilizar a implementação da proposta, foram estabelecidos alguns “elementos estruturadores”, entre os quais se destacam: “Economia local em função central plena”, “Espaço público para reunião e o espetáculo”, “Manutenção e valorização do patrimônio ambiental e cultural”, “Recuperação da imagem do Bairro”. Esses “elementos estruturadores” abrangiam aspectos centrais e convergentes com as políticas de enobrecimento do urbanismo empresarial: a construção de uma nova imagem da cidade, através da valorização dos usos econômicos do patrimônio cultural e a especulação do espaço urbano como forma de reativar os fluxos de investimentos para a economia local. Essa imagem, originada de uma visão que entende a cultura na perspectiva dos resultados econômicos e a cidade como empresa, previa a concentração de escritórios de grandes empresas e corporações, reforçando, o bairro, a “imagem de espaço central e nobre da cidade”. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.29)

Com esses pontos estruturadores e a tentativa de enobrecimento, o local veio a possuir a maior concentração de bares e restaurantes da cidade. Os usos do espaço passaram a ser voltados para atender o novo público. Contudo, apesar dos esforços, ainda estava presente o contraste da realidade que ali havia e aquela “nova” que estava se impondo.

O Pólo do Bom Jesus foi o foco principal da revitalização, recebendo por parte da prefeitura um tratamento diferenciado em relação à prestação dos serviços públicos, por ser a parte mais bem sucedida do projeto. Mesmo com todos os esforços, era possível perceber diversos contrastes e limites invisíveis, chegando ao ponto de em uma calçada da rua ser repleta de bares, onde andavam os turistas e quem podia pagar para frequentar os estabelecimentos e a calçada onde haviam os serviços comuns.

A constante subversão especializada dos usos dessas calçadas tentava muitas vezes demarcar e territorializar relações de poder: se a calçada-luz se destinava aos turistas e à “gente de posse”, a calçada-sombra era território livre para quem da primeira era excluído. Às vezes, essa demarcação tentava ampliar-se a ambas as calçadas, porém sem sucesso. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.32)

Na tentativa de evitar presenças “indesejáveis” eram colocados cavaletes para evitar esse fluxo livre de pessoas e veículos bem como havia a presença da polícia, guarda municipal, além dos suguranças particulares nos estabelecimentos. Foi criada uma lei, na qual jovens que estivessem andando pela rua a partir de certa hora da noite seriam recolhidos pela prefeitura.

O perfil visivelmente elitizado dos bares e restaurantes do Bom Jesus, que atría o público abastado, tornava o local naturalmente mais visado por vendedores ambulantes e artistas mambembes que buscavam remuneração por suas apresentações. Como os meninos pobres que se esquivavam das mesas para tentar vender pequenas mercadorias a clientes nem sempre bem-humorados, esses personagens – e seus contra-usos do espaço - são obviamente “ruídos” que contra-enobrecem uma paisagem construída para ser um espaço central e nobre da cidade. Mas são também evidências da vulnerabilidade das fronteiras de áreas “revitalizadas”. Mesmo vigiada e simbolicamente intimidante (alguns pequenos vendedores ficam muitas vezes na Praça Artur Oscar, com receio de atravessar os cavaletes), nem sempre uma rua enobrecida, que territorializa a desigualdade, tem seus códigos de exclusão respeitados. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.38)

Esses fatos nos mostram que a justificativa da intervenção, volta ao centro, não era para todos, ela se destinava àqueles que poderiam pagar para usufruir desse “novo” espaço e os que não tinham a condição de consumir, ou não estávamos dentro dos códigos e padrões desejados, não eram bem-vindos.

#### **4.2. *La Maison des Métallons* - Paris**

A cidade de Paris possui algumas divisões que aparentemente se mostram como fatores apenas administrativos, mas que também possuem um forte simbolismo, que

acaba gerando uma forte divisão e estigmatização dentro da cidade. Uma dessas divisões é entre o leste e o oeste. Sendo o último, oeste, alvo da maioria das grandes reformas urbanas realizadas por Haussmann no século XIX, dando origem aos chamados *beaux quartiers*, onde vivem os aristocratas, a burguesia. Já o leste, opostamente, estão os *quartiers ouvriers*, onde se localizam os bairros conhecidos por serem os redutos dos operários, artesãos e mais recentemente os imigrantes. Outro fator que diferencia o leste é a presença de diversos bairros com tecido medieval, com diversas ruelas estreitas, edifícios com vários moradores.

Esses são os fatores que estigmatizam esses bairros do leste e seus habitantes perante os habitantes dos *beaux quartiers*, a Paris dos cartões postais, que veem esses bairros como insalubres, amontoados de gente, imorais e que devem ser revitalizados a todo custo para que possam se comparar ao restante da cidade. Com isso, surgiu uma onda de revitalizações desses bairros do leste, onde muitos deles, atualmente, perderam suas características culturais ímpares para se tornarem lugares elitizados, com diversas lojas famosas, bancos e serviços que atraíram um público abastado e turistas, expulsando seus moradores que se deslocam cada vez mais para fora dos portões da cidade.

E é no meio desse “movimento elitizador” rumo ao leste que se passa nosso estudo de caso. Localizada no leste, entre dois bairros populares, Belleville e Ménilmontant, 11º *arrondissement*, a fábrica do século XIX produziu instrumentos musicais e possuía uma relação forte com os habitantes, devido aos vínculos de trabalho. Posteriormente, após o fim do seu funcionamento, o edifício passou a ser um local sindical e aberto a atividades culturais locais, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade.

Devido a dificuldades financeiras, a instituição sindical decide vender o edifício e, neste momento, começou a surgir a possibilidade de demolição da fábrica, além do receio da comunidade com relação às renovações gentrificadoras que atingiam os bairros da região. Motivados, os moradores pressionaram a prefeitura para que comprasse o edifício e o transformasse em um centro cultural que, além de local, fosse ao mesmo tempo aberto para toda cidade. Esse centro serviria não só para reforçar a cultura na comunidade, mas também mostrar para todos o leste, como uma área popular, operária e artesã, e o desejo coletivo de manter essas referências.

Criou-se um comitê para defender os ideais e garantir que os interesses coletivos fossem respeitados.

A mobilização redundou na criação de um *Comité pour la Maison des Savoirs et des Cultures de l'Est Parisien dans la Maison des Métallons*, denominado, a partir de então, *Comité des Métallons*, núcleo inicial do coletivo interassociativo que, em nome do *quartier* sede da *Maison*, iria doravante geri-la com os seguintes objetivos: 1) garantir a salvaguarda da *Maison des Métallons* como lugar de memória da ação sindical e da solidariedade internacional; 2) promover a reabilitação do imóvel, convertendo-o em equipamento cultural e social para todo o leste parisiense; 3) garantir a participação dos habitantes e das associações no projeto de criação e funcionamento desse equipamento. (FRÚGOLI; ANDRADE; PEIXOTO, 2006, p.132)

Esse momento de luta para a proteção do patrimônio do bairro se deu justamente no ano de comemoração do 130º ano da Comuna de Paris, movimento onde os bairros do leste, populares, se revoltam contra o oeste. Justamente por esse fato, há uma grande pressão e um forte apoio da imprensa que acaba por dar força e visibilidade, levando ao resultado esperado.

Com esse breve estudo de caso pudemos perceber uma forte diferença entre o primeiro estudo. Aqui, diferentemente do Recife, a comunidade local percebeu o valor patrimonial da fábrica e se posicionou coletivamente para defender o seu interesse. E, de certa forma, barrar o movimento de gentrificação, pelo menos na região próxima ao novo equipamento cultural.

Outro fator de extrema relevância para o movimento foi a criação do comitê que, além de defender o objetivo de proteger a edificação, representava perante ao poder público os anseios do coletivo, defendendo os interesses não só dos locais mas também de todo o leste. Outro ponto interessante é a mensagem que é passada ao se criar um centro cultural que representasse a cultura local, operária, artesã, representando o leste de forma geral, mas que também fosse um centro aberto a toda a cidade, diferentemente dos ideais getrificadores cujo objetivo era, através das revitalizações, justamente afastar cada vez mais a população local e substituí-la por outra com poder aquisitivo maior. Sendo que, nesses locais “revitalizados”, a população original já não é mais bem vinda.

## Considerações Finais

Nos capítulos anteriores, procuramos entender como se dão as intervenções no espaço urbano, quais são os espaços factíveis de atuação, os vazios urbanos, as formas de atuação sobre o espaço, quais são as novas relações que podem surgir a partir de uma intervenção, assim como os desafios de relacionar a revitalização com a preservação, não só do físico, mas das relações humanas e a memória coletiva desse espaço edificado.

Uma vez desenvolvido o aporte teórico, buscamos, nestas considerações, nos aproximar da área de estudo para posterior desenvolvimento do plano de revitalização e implantação do objeto, um centro cultural. Durante todo o estudo voltamos o foco para revitalizações em centros históricos, por estar definido, desde o início, que nossa atuação seria dentro de alguma parte do centro histórico de Juiz de Fora. Desta forma, este capítulo apresenta a área, buscando possíveis sítios a receber a posterior intervenção.

O Centro de Juiz de Fora, que conhecemos hoje, começa a se desenvolver em finais do século XIX, principalmente com a abertura da Avenida Barão do Rio Branco, como vimos no primeiro capítulo. Algumas das edificações presentes hoje naquela área, começaram a ser edificadas no início do século XX.

Temos dois limites físicos naturais fortes; o primeiro é o Morro do Imperador, e o outro, o Rio Paraibuna. Em paralelo a esses limites, temos a Avenida Barão do Rio Branco. Podemos citar outros dois limites relevantes, mas imaginários. O primeiro é a Avenida Getúlio Vargas, onde percebemos claramente a diferença social, vista até na arquitetura, comparando o que está na parte “acima” da Getúlio Vargas e na “parte baixa”. O segundo limite é a linha férrea, que se localiza entre a Avenida Getúlio Vargas e o Rio Paraibuna. Tal característica pode ser comprovada ao se observar as edificações do local e o grande número de vazios urbanos, principalmente quando olhamos a região localizada entre os limites do rio e a linha férrea.

Seja pela proximidade com o rio ou com a linha do trem, a população da cidade estigmatiza essa área até os dias atuais e podemos ver, salvo poucas exceções, uma grande diferença entre o triângulo formado pelas Avenidas Getúlio Vargas, Rio Branco e Itamar Franco e a parte “baixa”, conformada pelas Avenidas Getúlio Vargas, Brasil e Itamar Franco.

Sobre essa distinção histórica entre as duas partes Musse (2006) esclarece:

Nos anos 50, a cidade ainda tinha suas “zonas proibidas”, de boemia, muito próximas ao centro. Algumas delas não resistiram ao processo de urbanização: eram as zonas de prostituição da rua Henrique Vaz, do outro lado do rio, e da Linha, “também conhecida como Lixo, um conjunto de casebres, onde foi erguido o prédio da Rede Ferroviária Federal. A “parte baixa” (mais próxima ao rio Paraibuna) da Floriano Peixoto também era zona, após as 20h” (YAZBECK, I, 2005, p. 34). A área de prostituição tinha grande movimento, principalmente da rua Henrique Vaz, que sobreviveu até os anos 80. Mas, aos poucos, as “casas de tolerância” vão se afastando do centro da cidade e se “sofisticando”. (p. 94).

Através de algumas características podemos perceber esse limite sócio cultural presente no Centro de Juiz de Fora. As edificações da parte “alta” estão em um aspecto melhor de conservação, a área possui edifícios de gabarito bastante elevado, nos mostrando que foi alvo da especulação até poucos anos atrás. A área, majoritariamente, é voltada para o comércio e serviços das classes média e média alta. Mas, apesar disso, apresenta-se como grande receptora de diversidade e atende a todos os públicos.

Já na parte “baixa”, percebemos uma clara falta de manutenção das edificações, apesar de ser uma área com grande número de edifícios tombados pelo patrimônio histórico. O comércio é visivelmente popular, quando comparado com a outra parte. À medida em que vamos nos direcionando para as partes mais “baixas”, mais próximas ao rio e à linha do trem, percebemos, em muitas ruas, a presença de vazios urbanos, lotes subutilizados e edificações em estado ruim de conservação.

Por essas características, voltamos os nossos olhares para essa área por acreditarmos ser interessante para uma intervenção urbana, pois nela existem muitos aspectos históricos a serem evidenciados, reforçados e melhorados. Além de existirem diversos

vazios a serem ocupados, acreditamos que a instalação de um equipamento cultural na área ajudaria a chamar a atenção da população para a importância que ela possui. O equipamento cultural traria inúmeros benefícios para a cidade que conta com poucos espaços de qualidade para este fim além de não possuir uma articulação entre eles. Esse equipamento poderia trazer a união entre essas duas “metades” do Centro sem que haja a perda das características próprias de cada uma.

Em muitas revitalizações a intenção é substituição gradual do que havia no local, visto como um fator degradante, daqueles que se estabeleceram e que acabam sendo “obrigados” a se deslocar. Por isso, nossas propostas visam a uma melhoria do local, através de mobiliário urbano, calçadas adequadas, ou seja, questões, que mesmo sendo pontuais, vão ajudar numa melhor articulação e valorização do espaço, sem que haja uma forçada valorização imobiliária para gradativa expulsão daqueles comerciantes e dos frequentadores daquele espaço.

Dessa forma a nova função proposta com base num equipamento cultural só tem a acrescentar, pois possui um grande fator social, difundindo o acesso à cultura para todos, podendo funcionar como um equipamento público de qualidade. Nosso desafio é grande ao tentar conciliar dois fatores agregadores de valor, uma revirização urbana e um equipamento cultural, que ao mesmo tempo que promovam uma melhoria na qualidade urbana, não gerem uma valorização pautada na especulação imobiliária da área, gerando fatores negativos como a gentrificação. Por isso, precisamos entender muito bem, não só fisicamente mas socialmente, o espaço para propormos de forma conciente e atingirmos o nosso objetivo.



## Bibliografia

ADAM, Roberto Sabatella. **Analisando o Conceito de Paisagem Urbana de Gordon Cullen**. In: *da Vinci*, Curitiba, v. 5, n. 1, p.61-68, 2008.

BARBOSA, Ana Carolina de Moraes Andrade. **Imagem, Paisagem e Situação: Análise Visual da Orla da Praia de Boa Viagem**. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BEZERRA, Aline Maria Marques; CHAVES, César Roberto Castro. **Revitalização Urbana: Entendendo o Processo de Requalificação da Paisagem**. Revista do CEDS, Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB, São Luís, N.1, 2014. Disponível em: <<http://www.undb.edu.br/ceds/revistadoceds>> Acesso em 20 out. 2016.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DITTMAR, Adriana Cristina Corsico. **Paisagem e Morfologia de Vazios Urbanos: Análise da Transformação dos Espaços Residuais e Remanescentes Urbanos Ferroviários em Curitiba – Paraná**. 2006. 251 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia. Pontifícia Universidade Católica do Parana, Curitiba, 2006.

FERREIRA, Daniele et al. **A Contribuição do Estudo Tipológico na Manutenção da Ambiência e Preservação da Paisagem**. In: Colóquio Íbero Americano, Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, 4., 2016, Belo Horizonte.

FRÚGOLI JR., Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira; PEIXOTO, Fernanda Arêas. **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte/ São Paulo: PUC Minas/ EDUSP, 2006, 408 pp.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, Cultura e Imaginário Urbano: Exercício de Memória sobre os anos 60/ 70 em Juiz de Fora**. 2006. 290 f. Tese. Curso de Doutorado em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLLAIK, Leila Giandoni; MEDEIROS, Janann Joslin. **Instrumentos de Implantação de Políticas Públicas Culturais e a Distribuição de Equipamentos Culturais**. In: Encontro da ANPAD, 34, 2010, Rio de Janeiro.

PASSAGLIA, Luiz Alberto. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Edição Prefeitura de Juiz de Fora, 2003.

SILVA, Ana Marina Ribeiro. **Requalificação Urbana: O Exemplo da Intervenção Polis em Leiria**. 2011. 174 f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SILVA, Daniel Tassi. **Centro Cultural:** Equipamento Disseminador de Informação e Integração Social. 2014. 44 f. Monografia – Faculdade de Engenharia, departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

TARNOWSKI, Camila Martinez Lima. **Percepção da Paisagem:** Estudo Sobre Vazios Urbanos no Centro de Curitiba, Paraná. 2007. 204 f. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

TEIXEIRA, Tatiana; FURTADO, Fernanda. **Reinserção de Vazios Urbanos:** Diretrizes para a Política Urbana Municipal, a partir do Caso de Juiz de Fora/MG. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 1., 2010, Rio de Janeiro.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 2007.